**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ/SP**.

**PROJETO DE LEI Nº / 2022**

**“Autoriza o Poder Executivo a utilizar “Símbolo Universal de Acessibilidade da ONU- Organização das Nações Unidas”, juntamente com o “Símbolo Internacional de Acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso, incluindo a sinalização de trânsito que identifica vagas de estacionamento regulamentado”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ**

 Faço saber que a Câmara Municipal de Sumaré aprovou, sanciono e promulgo a seguinte lei:

 **Artigo** **1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o Símbolo Universal deAcessibilidade da ONU -Organização das Nações Unidas, juntamente com o Símbolo Internacional de Acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso, incluindo a sinalização de trânsito que identifica vagas de estacionamento regulamentado, na forma do Anexo I ou dos Anexo II desta lei.

 **Parágrafo Único-** Nas placas e pinturas de solo que identifiquem vagas de estacionamento regulamentado, o poder executivo, por intermédio do setor competente, deverá observar as normas da ABNT, especialmente o item 5.3.2 da NBR 9050:2015 ou outra norma que vier a substituí-la.

 **Artigo 2º** - Fica autorizado à Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural, regular a substituição e atualização das placas e pinturas de solo que identifiquem o estacionamento regulamentado.

 **Artigo 3º** - O Poder Executivo poderá promover campanhas que levem ao conhecimento dos cidadãos a existência e o significado do Símbolo Universal de Acessibilidade da ONU.

 **Artigo 4º -** Fica vedada a utilização do “Símbolo Internacional de Acesso” e do “Símbolo Universal de Acessibilidade da ONU” para finalidade outra que não seja a de identificar, assinalar ou indicar local ou serviço habilitado ao uso de pessoas com deficiência.

 **Artigo 5º -** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

 **Artigo 6º** - As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias próprias, suplementadas, se necessário.

 **Artigo 7º -**Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2022.



 **SIRINEU ARAUJO**

 **Vereador (PL)**

**ANEXO I**

**** 

**ANEXO II**

****



**JUSTIFICATIVA**

O Vereador que subscreve, observadas as disposições regimentais, submete à apreciação e deliberação dessa casa de leis o presente Projeto de Lei que Executivo autorizado a utilizar o Símbolo Universal deAcessibilidade da ONU -Organização das Nações Unidas, juntamente com o Símbolo Internacional de Acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso, incluindo a sinalização de trânsito que identifica vagas de estacionamento regulamentado.

Em 1969, foi adotado pela *Rehabilitation Internacional*, entidade não governamental que possui status de órgão consultivo da ONU, o símbolo da cadeira de rodas conhecido como SIMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO. Desde então este vem sendo utilizado para indicar tanto locais que possuam acessibilidade aos deficientes, quanto vagas e sanitários destinados a essas pessoas.

Ocorre que **a acessibilidade se tornou não somente uma questão para deficientes físicos**, mas para uma gama de deficiências que, na maioria das vezes, não têm nenhuma conexão com motricidade.

Deficiência auditiva, visual ou cognitiva são imperceptíveis fisicamente, e **a utilização de um símbolo que caracteriza apenas o aspecto físico da deficiência não consegue mais representar um grupo tão heterogêneo**.

Nesse sentido, propomos a inclusão do sinal gráfico, no caso o “Símbolo Universal de Acessibilidade da ONU”, para a representação da acessibilidade que compreenda, além do fator motricidade, toda a diversidade de pessoas que possuem alguma deficiência.

O novo Símbolo Universal de Acessibilidade, concebido, em 2015, pela Unidade de Desenho Gráfico do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas em Nova Iorque, foi criado para aumentar a conscientização sobre questões relacionadas com a deficiência e ser usado para simbolizar produtos, lugares e tudo o que é "amigável para deficientes", sejam eles deficientes físicos, visuais, auditivos ou cognitivos. Importante salientar que a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, estabelece que:

*“Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.*

 *§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:*

 *I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;*

 *II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;*

 *III - a limitação no desempenho de atividades; e*

 *IV - a restrição de participação.*

*§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.*

 *...*

*Art. 47. Em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que* devidamente identificados.

 ...”

 Também destacamos o que estabelece os Artigos 86-A e 181, XVII da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “instituiu o Código de Trânsito Brasileiro”:

 *“Art. 86-A. As vagas de estacionamento regulamentado de que trata o inciso XVII do art. 181 desta Lei deverão ser sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas informando os dados sobre a infração por estacionamento indevido.*

*...*

*Art. 181. Estacionar o veículo:*

 *...*

*XVII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização (placa - Estacionamento Regulamentado):*

*Infração - grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)*

*Penalidade - multa;*

*Medida administrativa - remoção do veículo;*

 *...*

*XX - nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosos, sem credencial que comprove tal condição: (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016)*

*Infração - gravíssima; (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) Penalidade - multa; (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016)*

*Medida administrativa - remoção do veículo (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016)”*

Ressaltamos ainda o Art. 1º da Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985 que “torna obrigatória a colocação do ‘’Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências”:

 *“Art. 1º - É obrigatória a colocação, de forma visível, do “Símbolo Internacional de Acesso”, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso”.*

Contudo, a proposta que estamos apresentando **não descumpre a legislação federal**, pois não retira das placas de sinalização o “Símbolo

Internacional de Acesso”, fazendo apenas a inclusão do “Símbolo Universal de Acessibilidade da ONU”. A medida visa levar ao conhecimento da população que pessoas com deficiências ocultas também têm o direito de utilizar as vagas de estacionamento regulamentado, sendo que a utilização do “Símbolo Universal de Acessibilidade” na sinalização de trânsito e em adesivos nos veículos facilitará essa identificação, evitando constrangimentos dessas pessoas.

Assim, pedimos aos ilustres pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das sessões, 28 de junho de 2022.



 **SIRINEU ARAUJO**

 **Vereador (PL)**